

DESVENDENDO A EXCLUSÃO NO CAMPO: O ASSENTADO RURAL E A NOVA PRÁXIS DO SERVIÇO SOCIAL, UM ESTUDO DE CASO

Marcela Coladello FERRO¹
Lucia MIRANDA²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo divulgar os resultados parciais de um estudo sobre os processos de exclusão social no campo. Atualmente, em todo o Brasil, a desigualdade do acesso a terra ainda é gritante. É neste movimento que procuramos apreender como as expressões da questão social se particularizam nos Assentamentos Rurais, tratando de suas experiências subjetivas e diversas que apresentam trajetórias de vidas, na maioria das vezes marcadas por determinações históricas, podendo produzir subalternidade ou autonomia, acomodação ou resistência. Realizamos o estudo no Projeto de Assentamento Porto Velho, no qual identificamos e colhemos narrativas de seis famílias que ao conquistarem a terra, se vêem frente a novos desafios, o de sobreviver da terra. Desse modo, analisamos as experiências do cotidiano dos assentados no assentamento rural a partir do paradigma do desenvolvimento como liberdade, propondo uma nova direção para a ação profissional, no qual compreenda o princípio ético fundamental do Serviço Social: a liberdade, como expansão das capacidades humanas dos indivíduos sociais.

Palavras-chave: Questão agrária. Serviço Social. Processos de exclusão. Liberdade

¹ Discente do 4º ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista/UNESP - Faculdade de Ciências e tecnologia de Presidente Prudente e Bacharel em Serviço Social. ma_coladello@hotmail.com.

² Bacharel em Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

Problemas sociais históricos são acentuados nos novos tempos em que a dinâmica do capital transita entre a flexibilização e a precarização das relações de trabalho, a dicotômica relação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. A globalização, pautada em projetos neoliberais, se estabelece como pano de fundo dos processos de exclusão social, assinalados pelo crescente número dos chamados “excluídos”. Trata-se de sujeitos sociais que vivenciam no seu cotidiano, a pobreza, a miséria, o desemprego estrutural, a informalidade do mercado, a moradia precária, a dificuldade de acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, a expulsão do campo, a urbanização descontrolada, ao mesmo tempo agentes e vítimas de processos sociais desiguais.

É nesse contexto que se evidencia a outra face do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas que “estes novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade. Verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da questão social”. (IAMAMOTO, 2006, p. 18).

Dessa forma, a prática profissional do Serviço Social se desenvolve no quadro sócio-histórico atual que impõe novos desafios profissionais, quando “os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social”. (IAMAMOTO, 2006, p. 28).

O presente artigo é resultado da finalidade de divulgar a pesquisa “Serviço Social e questão agrária, entre as marcas da exclusão...” realizada em 2007, como exigência da conclusão do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. Visamos contribuir para que novas pesquisas nessa área sejam realizadas para que possamos empreender ações coletivas e efetivas de transformação das desigualdades no campo.

Assim, Propusemo-nos a conhecer as trajetórias de vida, as experiências sociais dos sujeitos, por meio do estudo de caso, para compreender o

universo do trabalhador do campo. Em particular o assentado rural, que historicamente esteve submetido a uma estrutura social que produz desigualdades, inserido em um projeto de reforma agrária que o subalterniza. A condição de assentado o coloca em uma posição social que lhe confere uma identidade social marcada por processos de exclusão social, insegurança e instabilidade.

A fim de analisar os desdobramentos de tais processos no campo, define-se o nosso objeto, ou melhor, “sujeito” de pesquisa. Visamos entender esse sujeito e discutir o papel do Serviço Social nessa conjuntura. Pensar ações para o Serviço Social implica desenvolver uma visão crítica e dialética que supere a concepção simplista e determinista dos problemas que envolvem os assentados. Por isso, buscamos entender como esses sujeitos, inseridos numa totalidade social, estão vivenciando as particularidades de determinações universais, ou seja, as expressões da questão social. É preciso, portanto, considerar a questão agrária expressão da questão social, bem como objeto de trabalho do Assistente Social.

Esse trabalho é resultado de nossas inquietações a respeito da questão agrária em nossa região, o Pontal do Paranapanema, uma área que, ao longo da história, tem sido o cenário de conflitos acirrados, onde vivem centenas de pessoas que não têm acesso à terra e nem a condições dignas de vida e trabalho. Procurando contribuir para a discussão acadêmica e política, realizamos o estudo no Projeto de Assentamento Porto Velho, na cidade de Presidente Epitácio, onde selecionamos seis famílias assentadas e colhemos suas narrativas. Pelo fato de o terreno do Projeto onde se desenvolve o assentamento ser dividido pelo Rio Anastácio, optamos por incluir três famílias de cada margem do rio.

Nossas análises focalizam-se nas experiências do cotidiano dos assentados a partir do paradigma do desenvolvimento como liberdade, visto que concebe o desenvolvimento não apenas sob a perspectiva econômica, mas abrange sua complexidade, tanto no que se refere ao conceito, quanto à própria realidade.

Desse modo, o trabalho está estruturado sob as categorias de análises: questão social, questão agrária, processos de exclusão no campo, a dinâmica dos assentamentos rurais e o agir profissional, com foco na discussão das seguintes subcategorias: a trajetória social, a organização social e a integração produtiva.

2 Contrapontos e correntes: o processo de exclusão no campo

A conquista e a posse da terra não são sinônimas do fim da trajetória de luta, pois novos desafios e incertezas apresentam-se ao assentado em suas novas formas de interação e inserção social. A implementação dos Projetos de Assentamento Rural implica novas necessidades que, na maioria das vezes, não são atendidas. Jogados à própria sorte, carregam consigo a situação de pobreza, de exclusão e de miséria de sua condição anterior, vivenciando obstáculos que restringem a expansão das potencialidades humanas.

Dessa forma, ainda que se reconheça a importância histórica dos assentamentos rurais pelo fato de representarem uma efetiva distribuição de terras e uma relativa redução do sistema de latifúndio no país, sua implantação, da forma como vem sendo feita e refeita está longe de concretizar a reforma agrária no Brasil.

Considerando que a exclusão social no campo expressa a correlação de forças e as relações de dominação entre classes sociais, partimos do seguinte questionamento: *Quem usufrui do patrimônio territorial e natural no Brasil?* O meio rural é palco de uma organização social e econômica que reproduz a pobreza e a exclusão social, sendo um dos elementos centrais dessa ordem injusta a desigualdade no acesso à terra.

A demanda por terra, primeira reivindicação, é substituída agora pela luta por acesso a educação, saúde, trabalho, habitação decente, lazer, enfim, a condições dignas de existência. Trata-se agora de sujeitos “excluídos de dentro”, ou seja, integrados em uma política pública de reforma agrária que os exclui.

Temos a clareza que os assentamentos rurais, em todo Brasil, são historicamente marcados pela produção e reprodução da desigualdade social, portanto, não podemos estreitar nossos olhares e considerá-los apenas como uma “*favela rural*”. Cabe a nós enxergar a potencialidade desses assentamentos que estão inseridos em um complexo social que é palco de luta no acesso à terra, expressão da correlação de forças entre classes antagônicas na defesa de seus próprios interesses.

Nesse embate estão envolvidos sujeitos que produzem e vivenciam as expressões da questão social e a ela resistem defendendo a vida no seio de uma sociedade profundamente desigual.

2.1 Considerações sobre as categorias de análise: Trajetórias sociais, organização social e integração produtiva

É nesse sentido que essa realidade nos incomoda, principalmente por assistirmos de perto a esse embate político desigual e desumano. Nossa região é palco de acirradas lutas entre os trabalhadores, que defendem uma vida mais humana, e os grandes proprietários de terras, no qual a arbitrariedade é legitimada e defendida pelo grande capital.

Extraídos das narrativas colhidas das famílias assentadas, são inúmeros os fatores que explicam a realidade do assentado e constituem elementos indispensáveis para desvelar o processo de organização do trabalho no campo.

Nosso estudo, a partir da análise das trajetórias de vida desses trabalhadores, procurou entender sua organização social e a integração produtiva, com o objetivo de elucidar o universo do assentado rural, mediando a realidade universal com a manifestação desta na sua particularidade, e propor ao Serviço Social ações que julgamos possíveis.

Desse modo, sob a perspectiva do desenvolvimento como liberdade, nossos estudos apontam para uma realidade que ainda se reproduz na privação desse bem, relacionada tanto à preservação da situação de pobreza, quanto a políticas públicas ineficazes. Nesse cenário, vários fatores contribuem para o acirramento da questão social. As condições objetivas não favorecem o desenvolvimento do assentado rural, num cenário em que as oportunidades são inadequadas e o sonho do trabalho na terra é cerceado pelo favorecimento ao capital.

As famílias que participaram do trabalho trazem consigo um histórico de exclusão, marginalização e desqualificação, para quem a incerteza é companheira na luta pela terra. Porém, ao mesmo tempo, projetam formas de resistência e de defesa da vida. Os fatores que, somados, acabam por desconstruir a esperança do trabalho na terra estão relacionados a financiamentos limitados e à ausência de orientação técnica adequada à baixa rentabilidade da terra, que os obriga a buscar trabalho na cidade, a perda do esforço de mobilização e

organização e, ainda, ao estigma que determina o lugar social do assentado definido pela exclusão.

Assim, vêem-se sozinhos, jogados à própria sorte. Depois de uma grande luta pela conquista da terra, inicia-se outro drama, o de estar na terra e como permanecer nela com tantas situações adversas.

Observamos que a mera distribuição de terras, muitas vezes de áreas improdutivas ou com os solos contaminados, não solucionará a questão agrária no Brasil, pois é necessário e urgente implementar políticas sociais que ampliem e criem possibilidades reais de uma vida digna no campo. As preocupações devem estar voltadas também para depois da conquista da terra, pois podemos afirmar que o movimento de mobilização das famílias assentadas não é contínuo, o que muitas vezes determina o processo de individualização das demandas e necessidades dos assentados.

2.1.1 O Serviço Social e o enfrentamento da desigualdade no campo: por uma ação socioeducativa e libertadora

É nesse espaço social contraditório, dinâmico e complexo que se inscrevem as demandas socioprofissionais do assistente social, imprescindível para o enfrentamento da questão social vivenciada nas suas múltiplas formas. Nesse sentido, o projeto ético-político profissional consolidado com a ruptura do conservadorismo presente na gênese da profissão.

O ponto de partida, deste trabalho, foi a necessidade de repensar o Serviço Social, construindo uma base teórica, filosófica, ética e política alçada a partir da aproximação com a teoria crítica social de Marx, cuja visão de mundo é construída por meio do materialismo dialético.

Desse modo, o assistente social deve convergir suas ações a serviço dos interesses dos setores populares, no sentido de fortalecer esse segmento, buscando estratégias que possibilitem a transformação real de suas condições de vida e trabalho. Constatamos que a práxis profissional nos assentamentos rurais deve partir desse princípio organizador de estratégias de enfrentamento da questão social, ou seja, das manifestações da questão agrária no campo, que assumem, na

atualidade, as desigualdades sociais. Nessa perspectiva, percebemos que, no caso dos assentados, não se trata de uma conscientização da condição de classe, mas de um “reavivar” da consciência coletiva para que eles “percebam” que ainda compartilham necessidades e demandas e que elas devem ser verbalizadas coletivamente. Para isso, a estratégia profissional deve imprimir uma ação socioeducativa, a partir de uma posição ética e política que direcione a práxis para o fortalecimento das camadas populares mediante a luta pela defesa da vida.

O fio condutor para atingir essa transformação é a liberdade como princípio ético central e como instrumento do desenvolvimento. Ela constitui o eixo das ações do assistente social nos assentamentos rurais, na medida em que implica a expansão das capacidades humanas, o aumento das possibilidades e oportunidades reais para as pessoas fazerem aquilo que realmente valorizam e, no caso dos assentamentos, possibilitar-lhes o trabalho na terra. Expandir as liberdades requer a eliminação de privações que limitam as oportunidades e as escolhas das pessoas para exercerem a atividade vital do homem, por meio do trabalho.

Assim, deve-se ampliar a capacidade participativa de um povo de regular a sua própria vida, buscando condições mais justas e dignas. Para tanto, é imperativo uma ação socioeducativa do assistente social, que elabore estratégias voltadas a esse objetivo, ou seja, a promoção desse povo, que historicamente, sofre com as mazelas do capital.

Com isso, chamamos a atenção para o enfrentamento desse processo de individualização, no qual o empoderamento do povo, é o caminho para romper com esse processo que é vivenciado pelo assentado quando conquista o lote, pois vários são os desafios, mais o desafio maior é perceber que eles compartilham demandas que são problemas sociais e precisam ser enfrentados socialmente, a partir do resgate da sua própria história de luta e resistência.

Nesse sentido, é que o Assistente social, com seu conhecimento específico é capaz de construir respostas profissionais que abrangem desde o enfrentamento da questão social à organização social desses assentados na luta pela sobrevivência, e mais na defesa de uma vida digna.

3 CONCLUSÃO

Diante do exposto neste trabalho, concluímos que o Serviço Social, embora já tenha dado os primeiros passos, tem um longo caminho ainda a percorrer no meio rural. Constatamos que os assentados entrevistados retratam a realidade dos assentamentos rurais no Brasil, em que os sujeitos não alcançam sustentabilidade, apenas subsistem.

O atual quadro sócio-histórico desafia o profissional da área social a construir, junto com essa população, alternativas de enfrentamento da questão social, sendo capazes de impulsionar mudanças significativas que desenvolvam suas liberdades e condicionem os processos inerentes a elas, como a autonomia e a emancipação, rumo à sustentabilidade e ao exercício da cidadania e dos direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos).

BUAINAIN, Antônio M.. **Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil**. jun. 2003. Disponível em:<<http://www.abda.com.br>> Acesso em: 27 maio. 2007.

CASTEL,R. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1999.

FALEIROS, V. P. (Coord.) **Estratégias em serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINELLI, M.L.(Org.) **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio São Paulo: Veras, 1999. (Série núcleo de pesquisa).

NUPEDOR. **Retratos de assentamentos**. nº 10. São Paulo: Uniara/Unesp, 2006. (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural).

PONTES, R. N. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.